



## Que futuro para as Cooperativas Agrícolas? Perspetivas e Conselhos / Tendências e Desafios

**Entrevista ao Dr. Eduardo Graça**  
Presidente da Direção da CASES

### Que diagnóstico faz do Setor Cooperativo (Agrícola) em Portugal?

O diagnóstico é positivo. No setor cooperativo o ramo agrícola é o mais representativo com um peso de, pelo menos, 35% do total das cooperativas e mais de 28% do emprego remunerado do setor. Os dados mais recentes permitem afirmar, sem risco de errar, que o setor cooperativo, no primeiro semestre de 2015, iniciou um processo de crescimento tendo sido criadas mais cooperativas do que as extintas, ao contrário do que havia acontecido entre 2011 e 2014. Atentos os números mais recentes, o diagnóstico para o ramo cooperativo agrícola é positivo – no 1º semestre de 2015 o saldo demográfico no ramo agrícola foi positivo tendo sido criadas 9 cooperativas e extintas somente 2. Julgo, por outro lado, relevante referir que a CASES tem vindo a criar um conjunto de instrumentos destinados a disponibilizar informação fiável acerca da economia social e, em particular, do setor cooperativo. Em breves palavras, após a criação de uma Conta Satélite da Economia Social (CSES), realizada em parceria com o INE, com dados de 2010, está, neste momento, a ser desenvolvida uma CSES com base em dados de 2013; foi também operacionalizado, a partir de 1 de junho passado, o Portal de Credenciação *on-line*, desmaterializando integralmente o processo de emissão da credencial cooperativa, criando, ao mesmo tempo, uma base de dados do setor cooperativo. Em inícios de 2016 ficarão disponíveis *rankings* do setor cooperativo, reportados ao ano de 2014, oferecendo a todos os operadores do setor, em conjunto com a CSES, abundante informação estatística.

**O rejuvenescimento do setor agrícola é um assunto que está na ordem do dia, bem como, a necessidade de entrada de jovens nas estruturas organizacionais das Cooperativas Agrícolas. Quais as medidas, que no seu entendimento, poderiam ser levadas a cabo para fomentar esta aproximação e tornar este subsector atrativo e competitivo?**

Assiste-se a um novo impulso na agricultura portuguesa, que vai de par com a consciencialização de que uma atividade económica deve ser lançada com base

em estudos fundamentados. Por isso se assiste a um retorno ao coletivismo, que pela teoria dos ciclos, sempre se sucede a um outro em que campeou o individualismo. O cooperativismo é um modelo que corresponde, em simultâneo, às exigências da lógica, e objetivos, da gestão empresarial e de princípios e valores comuns ao movimento associativo fundados no primado da autonomia, da entreatajuda e da democracia. Se quisermos fazer uma concessão a um certo modismo, o cooperativismo é uma fórmula de organização consolidada, na prática da comunidade nacional e na legislação vigente, que corresponde, em plenitude, ao que podemos designar como empreendedorismo coletivo.

No caso português o rejuvenescimento do cooperativismo, em particular, do ramo agrícola, é uma necessidade identificada que deu origem à criação do programa COOPJOVEM, integrado no PO ISE, que em breve permitirá impulsionar a adesão ao modelo cooperativo de um significativo número de jovens o que, sem dúvida, muito contribuirá, nos próximos anos para um efetivo rejuvenescimento das cooperativas do ramo agrícola. Já a partir de 2015 e nos dois anos seguintes, o programa COOPJOVEM, cuja gestão compete à CASES, está dotado com uma verba superior a 16 milhões de euros, permitindo apoiar, novos projetos cooperativos estimando-se que envolva, anualmente, 900 jovens.

**Sendo consensual que o Setor Cooperativo Agrícola tem necessidade de se reestruturar e adaptar à realidade, perante uma redução abrupta do número de associados que se tem verificado nos últimos anos versus a manutenção das mesmas estruturas, que estratégia considera que possa contribuir para que as Cooperativas Agrícolas consigam prosseguir a sua missão de uma forma sustentável e viável?**

Somente a partir do 1º trimestre de 2016 disporemos de dados fiáveis, e atualizados, acerca da evolução do setor cooperativo quer em termos quantitativos, quer qualitativos. Trata-se, como já antes referi, do resultado da modernização, e desmaterialização, do processo de emissão da credencial cooperativa que permitiu



A CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social) assenta numa parceria efetiva entre o Estado e Organizações representativas do setor da economia social (Cooperativas, Associações, IPSS, Misericórdias, Mutualidades) e assume a forma jurídica de "Cooperativa de interesse público", tendo por objeto, promover o fortalecimento do setor da economia social, aprofundando a cooperação entre o Estado e as organizações que o integram.

Esta Entidade é a responsável por emitir anualmente as credenciais comprovativas da legal constituição e regular funcionamento das Cooperativas; entre muitas outras atribuições.

acoplar uma base de dados que permitirá produzir abundante informação. Faço notar a importância de todas as cooperativas terem vantagens acrescidas de solicitar a emissão de credencial, pois só desse modo poderão integrar os *rankings* cooperativos que a CASES começará a produzir no início de 2016. No presente momento, julho de 2015, não posso confirmar a perceção tendencialmente pessimista contida na pergunta. Tenho como certo, pelo contrário, e todas as evidências empíricas o confirmam, que o ramo agrícola do setor cooperativo susteve o declínio e encetou a recuperação. Têm sido criadas novas cooperativas no ramo agrícola, sem prejuízo da necessidade de continuar, de forma estruturada, o processo de fusões, a exemplo das CCAM, não descurando a possibilidade de, como já acontece em muitos casos, tornar multisetoriais as cooperativas existentes e assim como de incentivar a criação de novas cooperativas em zonas que delas careçam.

**Numa altura em que todos entendem e apoiam a necessidade de valorizar a Produção nacional e promover a coesão económica e social, considera que a população portuguesa reconhece que essa é afinal a essência das Cooperativas Agrícolas Portuguesas? Que iniciativas sugere para este desafio tão pertinente das Cooperativas e das Entidades Oficiais?**

O cooperativismo é, do meu ponto de vista, um modelo com futuro, nas suas diversas fórmulas, e em todos os seus ramos, um contributo válido e reconhecido, por um cada vez maior número de entidades, para a solução da crise económico-social nacional e europeia. Para tal deve o Estado colocar na agenda política as medidas necessárias para promover o desenvolvimento do movimento cooperativo definindo, com rigor, os fins, eleger os meios e reunir os recursos distribuindo-os de forma justa. Espero que o processo de reforma do Código Cooperativo, resultante de um debate longo e aprofundado com as Confederações Cooperativas no âmbito do CNES, no momento em que escrevo em debate na especialidade na Assembleia da República, possa contribuir para fortalecer o relançamento do cooperativismo em Portugal.

Mas serão os próprios cooperativistas, através das suas organizações, a todos os níveis, da base ao topo, que têm de tomar a iniciativa, em fidelidade com os próprios princípios do movimento, para fazer com que o movimento cooperativo se fortaleça, modernize e prospere em benefícios de todos e cada um dos cooperadores e em prol da comunidade.

Tenho preconizado, com a consciência de se tratar de uma ideia que carece de um debate sério, longo e profundo, que o movimento cooperativista português se deveria unificar em torno de uma Confederação Cooperativa ultrapassando divisões herdadas do passado e permitindo que um conjunto importante de cooperativas dos mais diversos ramos participassem no movimento associativo e, dessa forma, contribuíssem para o seu reconhecimento público e fortalecessem a sua influência junto dos poderes públicos.

**Que mensagem de fundo gostaria de deixar às Direções das Cooperativas Agrícolas da Região Norte do País?**

As cooperativas são uma força do futuro com forte implantação global, em todos os continentes, em países ricos e pobres, em todas as áreas económico-sociais. O reconhecimento da sua importância para o desenvolvimento, a luta contra a pobreza, as desigualdades, pela criação de riqueza e de empregos, é cada vez maior. Os cooperativistas têm vantagens em rever-se nos princípios cooperativos, uma vez mais a serem interpretados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI); a adotarem a rotatividade nos corpos gerentes das suas cooperativas, com entradas faseadas de jovens e mulheres; a tornarem-se mais e mais locais não descurando as relações de proximidade com os seus cooperadores e as comunidades nas quais inserem as suas atividades. O norte de Portugal dispõe de uma magnífica tradição de trabalho cooperativo, de modernidade e capacidade para encontrar novas soluções para resolver novos e velhos problemas. Creio que as cooperativas agrícolas do norte de Portugal continuarão a ser, sem desprimor para todas as outras, uma alavanca poderosa para o desenvolvimento do cooperativismo em Portugal.